

Recursos para os próximos 18 meses

GAZETA MERCANTIL

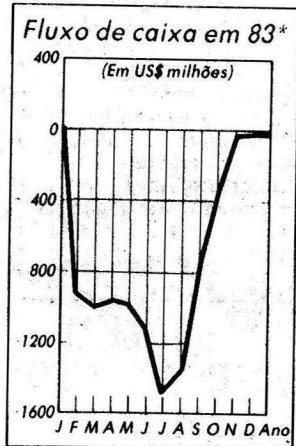
22 JUL 1983

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, confirmou ontem que o empréstimo a ser discutido com o comitê assessor ('Advisory Committee') dos bancos credores do Brasil deverá cobrir as necessidades do País nos próximos dezoito meses. Langoni recusou-se a mencionar qualquer importância, mas revelou que os recursos desse 'jumbo' não virão apenas de bancos comerciais mas também de instituições multilaterais (Banco Mundial, BID, etc.) e de "outras fontes" que ele se recusou a especificar, mas um membro de sua comissão admitiu que sejam os bancos centrais dos países industrializados.

Langoni classificou de "muito proveitosos" os dois dias que passou em Washington e Nova York. Ele disse que destacou junto ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) "a necessidade de que essas organizações ampliem o esforço de contribuição ao Brasil" e a resposta obtida foi "muito positiva".

Confirmou a previsão de que o Banco Mundial au-



Fonte: Banco Central
* Hipótese considerada pessimista pelo BC, estabelecida em 12 de abril de 1983

mentará em cerca de 60 a 70%, no seu ano fiscal em curso, os desembolsos para o Brasil e anunciou que o BIRD se dispôs inclusive a uma inovação: a abertura de uma conta especial, através da qual adiantará recursos ao País por conta de projetos.

Nas visitas ao Sistema da Reserva Federal (Fed — Banco Central dos EUA) e ao Departamento do Tesouro, Langoni fez — segundo disse aos jornalistas na sede do Banco do

(Continua na página 12)

Página 12

Finanças

ACERTO INTERNACIONAL

Recursos para os próximos 18...

por Milton Coelho da Graça
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

Brasil em Nova York — uma revisão do programa econômico brasileiro, especialmente as "últimas medidas" e explicou "o esforço que vem sendo feito para corrigir os desvios iniciais".

Em relação à "longa conversa" que teve com o diretor geral do Fundo Monetário Internacional, o presidente do Banco Central saiu convencido de que, embora a diretoria executiva só aprove formalmente o programa brasileiro depois que o Congresso ratificar as mudanças na lei salarial, de Larosière anunciará a sua aprovação pessoal tão logo receber o relatório que está sendo elaborado pelo pessoal técnico do Fundo. E mesmo que ainda não tenha ocorrido a ratificação do Legislativo.

A aprovação por Jacques de Larosière, de acordo com Langoni, será suficiente para que o comitê assessor inicie oficialmente "a fase 2" da renegociação da dívida brasileira.

Entretanto, várias fontes com grande conhecimento dos mecanismos administrativos e políticos do Fundo acham que dificilmente o diretor geral se pronunciaria publicamente em favor de um programa que ainda esteja sujeito à ratificação pelo Legislativo, especialmente num país em que o programa desperte tanta controvérsia e o governo não disponha de maioria parlamentar absoluta.

Langoni previu que a aprovação final do programa pela diretoria executiva do FMI ocorrerá no final de setembro ou início de outubro e informou que os detalhes técnicos ainda a serem acertados com os técnicos do Fundo referem-se às projeções da inflação "que está sendo afetada pela inflação corretiva, con-

forme manifestou-se em junho, tudo indica que também irá manifestar-se em julho e poderá ter resíduos em agosto".

As enchentes também poderão afetar os preços agrícolas e, por tudo isso, segundo Langoni, a situação de julho precisará ser melhor conhecida para ser definidas as projeções de 1983.

Quanto à reunião que teve pela manhã com o comitê assessor, o presidente do Banco Central informou que alguns princípios já haviam sido estabelecidos:

1. serão tratadas em conjunto as necessidades de 1983 e 1984;

2. deverão ser solucionados não só os problemas de médio e longo prazo, mas também a situação de iliquidez da economia brasileira a curto prazo. "Não é realmente possível para o Brasil — disse Langoni — continuar acumulando atrasados. É uma situação de grande instabilidade";

3. o valor exato dos recursos será definido nas próximas semanas. Um trabalho elaborado conjuntamente pelo Banco Central, técnicos do FMI e economistas dos bancos está sendo analisado mais profundamente pelos bancos e pelo FMI.

Langoni informou, então, que "nem tudo deverá vir dos bancos privados" e que "podemos também mobilizar outras fontes de recursos".

Em relação aos atrasados, ele informou que, no fim de junho, o seu total era de US\$ 1,35 bilhão brutos, dos quais US\$ 350 milhões foram refinanciados pelos bancos brasileiros. Nível que considerou "administrável" e qualificou de "grande avanço" o fato de que as linhas de crédito interbancário (projeto 4) se estabilizaram um pouco acima dos US\$ 6 bilhões, "apesar da fase desfavorável que o Brasil viveu".